



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

RECURSO ADMINISTRATIVO

Requerente: BIG COMPANY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

Referente ao Processo nº 8.331/2023

Pregão Eletrônico nº 030/2023

Trata-se de **RECURSO ao Edital do Pregão Eletrônico nº 030/2023**, interposto pela empresa **BIG COMPANY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº. 11.407.946/0001-93, com sede na Rua Floresta Azul, 384, Jd. Danfer, neste ato representado pela Sra. Jéssica Ramos Sales de Mello.

I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

A previsão legal do instituto do recurso em processo licitatório, apoiar-se na Lei nº 10.520/2002, Art. 4, inciso XVIII, conforme os excertos seguintes:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I (...)

XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos:

II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 06/02/2024, conforme preâmbulo deste Edital. Assim, assistindo ao objeto do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 30 (trinta) minutos e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 10.520/2023 em exame foi entreposto tempestivamente de forma motivada em sistema. A intenção foi aceita em



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002; e 44, § 1º, do Decreto 10.024/2019.

III. DA ANÁLISE

Trata-se o processo administrativo nº 8.331/2023 de pregão eletrônico contratação de empresa especializada no fornecimento, por subscrição de solução de proteção, detecção e resposta a incidente de endpoint para a proteção e segurança de dados e informações dos computadores da Prefeitura Municipal de Saquarema, incluindo atualizações, garantia e suporte técnico, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

A Recorrente alega em fase de recurso que:

“1. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME E EPP A Recorrente é empresa Enquadrada no Simples Nacional, e, conforme preceitua o item “6.2.4.”, “Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006” A Recorrida não é optante pelo Simples Nacional. Se provará, ao decorrer da presente peça, que a Recorrida se beneficiou de uso de software para automatização de lances no presente pregão. Por si só, presume-se que a recorrente não goza de recursos tais como a Recorrida ostenta, ao ter acesso destes softwares “robôs”. Tais softwares vendidos no “mercado” são investimentos altíssimos, que não estão ao alcance da Recorrente, motivo pelo qual, o fato da Recorrida utilizar tais dispositivos, além de ofender diretamente a Isonomia que deve prevalecer no Certame, ofende o tratamento diferenciado que a Recorrente deveria ter. 2. DA NÃO ATUALIZAÇÃO DOS DADOS NA SICAF e CERTIDÕES NEGATIVAS Conforme se observa no item “6.1.5.” a Recorrida deve manter atualizados seus dados cadastrais junto ao SICAF, e, tão logo “se tornem desatualizados”, deve “IMEDIATAMENTE” fazer sua atualização, sob pena de poder ser desclassificada no ato da habilitação. Ocorre que o prazo para apresentação dos documentos para habilitação cessou em 06/02/2024 e a Recorrida apresentou o SICAF com duas certidões negativas expiradas: I - Credenciamento II - Habilitação Jurídica III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal Receita Federal e PGFN Validade: 30/06/2024 FGTS Validade: 29/01/2024 - (VENCIDA) Trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>) Validade: 30/06/2024 IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal Receita Estadual/Distrital Validade: 17/02/2024 Receita Municipal Validade: 25/01/2024 - (VENCIDA) V - Qualificação Técnica VI - Qualificação Econômico-Financeira Validade: 31/05/2024 O que chama a atenção é que, além do SICAF desatualizado da CEF, a Recorrida juntou o CRF do FGTS, novamente, desatualizado: Certificado de Regularidade do FGTS - CRF Inscrição: Razão Social: Endereço: 05.583.680/0001-37 IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA R QUINZE DE NOVEMBRO 2668 LOJA / JARDIM DOS ESTADOS / CAMPO GRANDE / MS / 79020-300 A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS. Validade: 31/12/2023 a 29/01/2024 - (VENCIDA) A divergência se repetiu ao juntar a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS (CNDG), com validade expirada: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS GERAIS - CNDG Nº 356590/23-68 DADOS DO CONTRIBUINTE: Nome/Razão Social: CPFCNPJ: IMAGETECH TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA 05.583.680/0001-37 Em cumprimento à solicitação, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal pesquisar, inscrever e cobrar, após a emissão desta, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados e comprovados. CERTIFICAMOS para fins de direito, que está Certidão refere-se a débitos Tributários e não Tributários restritos ao Cadastro Fiscal Imobiliário e Mobiliário do CPF ou CNPJ do Contribuinte acima identificado. CONSTATAMOS A NÃO EXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL até a presente data. A presente certidão foi emitida através de pesquisa realizada de acordo com as informações prestadas pelo solicitante e tem a sua eficácia até a data de validade, desde que sem rasuras. Validade até: 25 de janeiro de 2024 ora, qualquer empresa estando regular com suas Certidões, a emissão é realizada no mesmo momento do requerimento. A Recorrida, ciente do prazo expirado de ambas as Certidões, não atualizou as Certidões, deixando de atender um ponto fundamental para ser habilitada no Certame. 3. DO USO DO ROBÔ Não há dúvidas que o processo licitatório deve obedecer aos princípios expressamente declarados no art. 3º da Lei de Licitações 8.666/93, em especial, e fundamental para o assunto ora abordado, o princípio da isonomia, “trivialmente” conhecido como princípio da igualdade. Desse modo, a conclusão é que o processo licitatório deve perseguir e preservar o tratamento isonômico, possibilitando que todos os participantes tenham condições iguais para competir no certame. Verifica-se nos Lances da Recorrida (CNPJ 05.583.680/0001-37) foram robotizados, sendo realizado em questões de milésimos e relação ao lance anterior R\$ 436,9500 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:04:867 R\$ 420,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:16:46:530 R\$ 398,9500 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:47:040 R\$ 390,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:16:58:387 R\$ 370,4600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:16:59:010 R\$ 369,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:17:41:813 R\$ 350,5100 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:17:44:223 R\$ 349,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:19:04:883 R\$ 331,5100 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:19:05:403 R\$ 330,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:19:55:020 R\$ 313,4600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:19:56:487 R\$ 330,0000 11.407.946/0001-93 25/01/2024 10:22:46:970 R\$ 312,0000 03.899.222/0001-86 25/01/2024 10:23:23:697 R\$ 296,3600 05.583.680/0001-37 25/01/2024 10:23:25:157 A utilização de softwares, conhecidos como robô, que inserem propostas e seus lances automaticamente, o fará em fração de segundos, superando a agilidade humana e potencializando as chances de tornar-se vencedor com seu melhor preço fere sem sombras de dúvidas ao princípio da igualdade. O uso do “Robô” coloca em extrema desvantagem os licitantes que não disponham desta ferramenta, neste sentido, o TCU em Acórdão 2601/2011: O uso de programas “robô” por parte de licitante viola o princípio da isonomia Mediante monitoramento, o Tribunal tratou do acompanhamento do Acórdão nº 1647/2010, do Plenário,



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

que versou sobre a utilização de dispositivos de envio automático de lances (robôs) em pregões eletrônicos conduzidos por meio do portal Comprasnet, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). No Acórdão monitorado, o Tribunal concluiu que, em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet: “a) é possível aos usuários de dispositivos de envio automático de lances (robôs) a remessa de lances em frações de segundo após o lance anterior, o que ocorre durante todo o período de iminência do pregão; b) com a possibilidade de cobrir lances em frações de segundo, o usuário do robô pode ficar à frente do certame na maior parte do tempo, logrando assim probabilidade maior (e real) de ser o licitante com o lance vencedor no momento do encerramento do pregão, que é aleatório; c) ciente dessa probabilidade, que pode chegar a ser maior que 70%, o licitante usuário do robô pode simplesmente cobrir os lances dos concorrentes por alguns reais ou apenas centavos, não representando, portanto, vantagem de cunho econômico para a Administração”. Para o relator, os fatos configurariam a inobservância do princípio constitucional da isonomia, visto que “a utilização de software de lançamento automático de lances (robô) confere vantagem competitiva aos fornecedores que detêm a tecnologia em questão sobre os demais licitantes”, sendo que as medidas até então adotadas pela SLTI/MPOG teriam sido insuficientes para impedir o uso de tal ferramenta de envio automático de lances. Além disso, como as novas providências para identificar alternativa mais adequada para conferir isonomia entre os usuários dos robôs e os demais demandariam tempo, e a questão exigiria celeridade, entendeu o relator que MPOG poderia definir provisoriamente, por instrução complementar e mediante regras adicionais para a inibição ou limitação do uso dos robôs, de maneira a garantir a isonomia entre todos os licitantes, nos termos do art. 31 do Decreto nº 5.450/2005, razão pela qual apresentou voto nesse sentido, bem como por que o Tribunal assinasse o prazo de 60 dias para que a SLTI implementasse mecanismos inibidores do uso de dispositivos de envio automático de lances em pregões eletrônicos conduzidos via portal Comprasnet, no que foi acompanhado pelo Plenário. Acórdão n.º 2601/2011- Plenário, TC-014.474/2011-5, rel. Min. Valmir Campelo, 28.09.2011. Com assento constitucional e na Lei de Licitações Públicas, o princípio da isonomia constitui valor estruturante do procedimento licitatório. A bem da verdade, a igualdade afigura-se como elemento de existência da licitação. Vale dizer, não há que se falar em licitação sem falar em isonomia deferida pela Administração aos licitantes. Nesse diapasão, o professor Lucas Rocha Furtado, ao estudar o princípio da isonomia, então compreendido pelo princípio da impessoalidade, ensina que: [...] A partir dessa perspectiva, o princípio da impessoalidade requer que a lei e a Administração Pública confiram aos licitantes tratamentos isonômicos, vale dizer, não discriminatório. Todos são iguais perante a lei e o Estado. Este é o preceito que se extrai da impessoalidade quando examinado sob a ótica da isonomia. A isonomia, ou o dever que a Constituição impõe à Administração Pública de conferir tratamento não diferenciado entre os particulares, é que justifica a adoção de procedimentos como o concurso público para provimento de cargos ou empregos públicos ou a licitação para a contratação de obras, serviços, fornecimentos ou alienações. Esta é a razão pela qual a própria Lei nº 8.666/93 indica a isonomia como uma das finalidades da licitação.” (Curso de Licitações e Contratos Administrativos, p. 37). ----xxx----

4. DA OMISSÃO DOS DADOS DA



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

MARCA, MODELO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS De acordo com o item 12 do Edital, é necessária a apresentação da proposta, deverá conter Especificações técnicas, marcas e modelo , vejamos: “12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: 12.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2(duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá: 12.1.1 A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme ANEXO II – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I). 12.1.2 Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos: a) Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail; b) Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;” No entanto, a Proposta Comercial apresentada pela Recorrida NÃO É MENCIONADO MARCA, ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E MODELO, em outras palavras, não atende a exigência editalícias e bate de frente com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Nada garante que a solução ofertada atende as especificações técnicas descritas no Termo de Referência, sem a devida apresentação de declaração de Marca e Modelo na Proposta. Vale Ressaltar o Item 12.5.1: “12.5.1 Serão desclassificadas ainda as propostas que: a) Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto. b) Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente edital.”

Resposta ao Recorrente:

Quanto as alegações trazidas pelo licitante, deve-se observar o princípio da eficiência no que tange as contratações públicas, que, em primazia norteiam de modo mais satisfatório possível as ações de seus agentes e resultados no contexto da Administração, ao passo que observou-se os devidos procedimentos de habilitação das empresas concorrentes afim de se adquirir o melhor preço para a Administração, sendo verificada e comprovada a validade das certidões juntadas pela empresa **IMAGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.,** no formato que se segue:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

V - Qualificação Técnica



PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Devendo ainda considerar que a formulação das propostas

atenderam os requisitos do Edital na forma que consagra o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Não obstante, a documentação que menciona a recorrente está disponível em sítio eletrônico, mantida a devida publicidade aos atos realizados no domínio do ComprasNet.

Já quanto a utilização de softwares para automatização de lances, resta infundados os argumentos apresentados pela recorrente pois não se baseiam em fatos, mas sim em suposições considerando o lapso entre os lances ofertados em disputa.

Deve-se esclarecer, portanto, que a instrumentalização e organização de pessoal para participação de pregão eletrônico da empresa, ora consagrada vencedora, não são objeto de averiguação por parte da recorrente, tampouco da Administração, considerando a observância aos princípios constitucionais que regem os procedimentos administrativos, cabendo à esta Administração o compromisso de verificar a incidência de hipóteses de penalidades penais e administrativas em eventuais ocorrências e descumprimento, o que não se aplica até o presente momento.

A administração pública rege-se ainda pelas diretrizes de todo ordenamento jurídico, através de fontes imediatas e mediatas, considerando indubitavelmente os princípios da competitividade e economicidade para compras públicas, é sabido que o recurso administrativo é uma ferramenta utilizada em licitações públicas para questionar as decisões administrativas e resguardar os direitos dos licitantes, no entanto, não fora possível comprovar as alegações realizadas pela empresa recorrente **BIG COMPANY COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA.**

Em conclusão, entendo que o referido recurso não merece prosperar pois foram observados critérios justos e proporcionais para seleção e habilitação da empresa **IMAGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA**, bem como contrarrazões atinentes a veracidade dos fatos tempestivamente apresentadas.

I. DA CONCLUSÃO E DECISÃO:

Em razão do acima exposto, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e no mérito julgo como **IMPROCEDENTE**.



Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Saquarema
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia
Comissão Especial de Pregão Eletrônico



PREFEITURA
SAQUAREMA
TRABALHO E RESPEITO

PROCESSO Nº

FLS. _____ RUBRICA _____

Firmo que a impugnante **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 030/2023.

Mantenho a decisão de habilitação à licitante **IMAGETECH TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA** pelo cumprimento do edital.

Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Saquarema, 27 de fevereiro de 2024.

GUILHERME CASTRO
Pregoeiro